

A história da *menina dos rouxinóis*, ou uma história muito mal contada: incongruências e inverosimilhanças na confissão de um caso difícil

Silva Carvalho

It therefore does not seem to be inappropriate to characterize Heidegger's *seinsgeschichtlich* thinking as a "hermeneutics"—a hermeneutics, however, that is different from the usual ways of interpretive understanding in that, in its attention to the text, it hears and conveys a message that no one has ever heard before.

—Werner Marx, *Is There a Measure on Earth?*, Chapter 5

Este trabalho tenta demonstrar que a história da *menina dos rouxinóis* se serve de um texto cheio de incongruências e de inverosimilhanças no que refere às suas peripécias, e que é muito mais o pretexto para a revelação de um segredo que se pretende sepultar, do que verdadeiramente a história de uma menina que não pôde nascer. Esse segredo prende-se com uma aberração sexual de Carlos, o protagonista: a sua pedofilia. Este trabalho procura, de uma forma incipiente e breve, explicar as possíveis razões para que essa leitura nunca tivesse sido feita até aos dias de hoje. A intenção deste meu trabalho é mostrar até que ponto a história da *menina dos rouxinóis* nunca foi lida atentamente como aparece no seu texto, isto é, pela explicitação dos factos e acontecimentos que introduz e acarreta, mas antes pressupondo sempre esse texto como naturalmente compreensível. O da história de uma família, onde avulta o amor entre dois primos, simbolizando um dado momento histórico do país em crise que é Portugal.

No fundo, vou tentar ler sobretudo as datas que recobrem os acontecimentos dessa história, levando um pouco mais longe a descoberta das

incongruências e das inverosimilhanças já detectadas, um pouco como já se fez e já se ensina nas escolas secundárias do país, quando se mostra aos alunos desatentos que Garrett, ou o narrador concomitante, faz desaparecer um dia da semana, a quinta-feira, de uma viagem encetada numa segunda-feira, 17 de Julho de 1843, para que essa mesma viagem acabe, estrategicamente, numa aziaga sexta-feira fundamental para o simbolismo da diegese. E vou tentar também mostrar como toda a confusão narrativa, embora me seja de todo impossível deslindá-la, dado o entrelaçado labiríntico de referências temporais, poderá ser percebida—e isto é já interpretação—como a preparação subreptícia para não se poder ler nem ouvir uma confissão feita pela personagem Carlos. Essa confissão, inscrita veementemente no texto da sua carta, nunca foi nem pôde ser lida, devido, sem dúvida, ao incomensurável e ao absurdo da revelação. Como se, na realidade, se tratasse da inscrição de um segredo tumular que deseja passar a linguagem e a ficção, num processo de exortação duma terapia literária que se esboça, mas que procura, ao mesmo tempo, passar despercebida ao leitor desatento.

Vejamos, um pouco telegraficamente, e para que se tenha tempo (o tempo desta comunicação) de dar conta desta leitura e do seu propósito. Estamos no capítulo XI. A história, como estarão lembrados, começa *in medias res*, numa tarde do Verão de 1832, em que se nos apresenta “uma velhinha bem passante dos setenta, mas que o não mostrava” (139). É a avó de Carlos e de Joaninha. Mas antes mesmo de dar início à história desta família, o narrador procede a um diálogo imaginário com as suas leitoras, em que uma diz no fim: “—Porque há muita coisa que a gente pensa e crê e diz assim a conversar, mas que não ousa confessar publicamente, professar aberta e nomeadamente no mundo . . .” Meditação do narrador: “Ah! sim . . . ele é isso? Bem as entendo, minhas senhoras: reservemos sempre uma saída para os casos difíceis, para as circunstâncias extraordinárias. Não é assim? Pois o mesmo farei eu” (138).

Este “o mesmo farei eu” deixo-o agora a ressoar assim inocentemente, para que mais tarde a asserção possa adquirir um sentido mais preciso. Mas passemos ao capítulo XII. Faz-se a apresentação de Joaninha: “Naquele rosto, naquele corpo de dezasseis anos,” (143) descreve o narrador, implicando com isso que esta personagem nasce ou nasceu em 1816. Façamos logo a seguir um salto para o capítulo XIV: Carlos desembarca no Porto (1832), “filho querido,” segundo a avó cega, “da minha única e tão amada filha” (159). Capítulo XV: primeira apresentação de Frei Dinis: “Tais eram os princípios deste homem extraordinário, que juntava a uma erudição imensa o profundo

conhecimento dos homens e do mundo em que tinha vivido até a idade de cinquenta anos” (165). Quer isto dizer que Frei Dinis, em 1832, teria mais de cinquenta anos, tendo pois nascido por volta de 1780 ou antes. Mas é o capítulo XVI que está recheado de informação que nos vai interessar. Deve pois ser lido muito atentamente. Frei Dinis, antes de o ser, chamava-se Dinis de Ataíde. Em 1825, logo, aproximadamente, quando tinha 45 anos, dá-se uma metamorfose drástica na sua vida. Dinis de Ataíde “foi tocar à campainha da portaria de São Francisco. [. . .] Desapareceu do mundo Dinis de Ataíde, e dali a dois anos apareceu Frei Dinis da Cruz” (167). Isto é, em 1827. Teria Joaninha dez ou onze anos, pois nascera em 1816. Mais informação relevante: “A velha não tinha mais família que um neto e uma neta. A neta era Joaninha, filha única do seu único filho varão, e já órfã de pai e de mãe. O neto, órfão também, nascera póstumo, e custara a vida a sua mãe, filha querida e predilecta da velha” (168). E mais adiante:

Em tempos mais antigos e em vida dos dois filhos de D. Francisca, Frei Dinis, então Dinis de Ataíde e corregedor da comarca, frequentara bastante aquela casa. Desde a morte do filho e do genro, que ambos pereceram desastrosamente num dia cruzando o Tejo num saveiro em ocasião de grande cheia, ele nunca mais lá tornara. (169)

Quer dizer, o filho e o genro morrem no mesmo dia, sem dúvida muito antes de 1825/1827. Passemos agora a Carlos. Eis o que há a reter, e ainda no mesmo capítulo: “Passara, porém, do seu meio, o memorável ano de 1830, e Carlos, que se formara no princípio daquele Verão, tinha ficado por Coimbra e por Lisboa, e só por fins de Agosto voltara para a família” (170). Era, como deverão estar lembrados, uma sexta-feira. No diálogo famoso havido entre Carlos e Frei Dinis, surge de repente este pormenor informativo numa fala de Carlos: “—Porquê? Eu hei-de ser sempre criança? A minha vida há-se ser esta? Horácio! Tenho lá ânimo para ler Horácio agora . . . e a bela ocupação para um homem de vinte e um anos, escandir jambos e troqueus” (171). Quer dizer, em 1830, dois anos antes do começo desta história, preparando-se para emigrar, Joaninha tem catorze anos e Carlos vinte e um. Logo, há uma diferença de sete anos entre ambos os primos. O que, e aqui começam os problemas, obviamente, não pode ser. Se Carlos nasce póstumo por volta de 1809, o seu pai e o seu tio, que pereceram no mesmo dia, já não viviam. Como é que Joaninha pode ter menos sete anos que o primo, isto é, ter nascido em 1816? Só não sendo, não sei se dizê-lo com angústia ou em tom de facécia, filha do seu

pai, isto é, do filho da velha, o que está de todo fora de questão. Esta é uma das muitas incongruências que surge nesta história mal contada. Não menor é dizer que Frei Dinis aparece em 1827 como franciscano, a meros três anos de 1830, morto para o mundo, sem dúvida expiando uma qualquer culpa, que nós adivinhámos já ser a da morte dos pais de Joaninha e de Carlos, tendo-se decidido apenas a fazê-lo dezassete anos depois desse duplo assassinio, quando o narrador nos dá a entender que a sua resolução foi tomada logo a seguir ao nefasto acontecimento. O narrador, um pouco como o autor Garrett, pode-se dizer, não é muito bom em datas. Além disso, surpreendentemente, está a contar a história de uma menina que nunca teve a oportunidade de nascer. Eis o que o narrador nos diz de Joaninha aquando da decisão de Carlos em partir para o exílio: “Joaninha era uma criança a esse tempo, parecia não entender nada do que se passava” (174). Bom, sabemos que para o narrador das *Viagens* o termo criança engloba um ser humano desde que nasce até, pelo menos, a idade de vinte e tal anos, mas dizer de uma rapariga de catorze anos (em 1830) que parecia não entender nada do que se passava, ou é fazê-la estúpida, ou é falar dessa criança como se na realidade tivesse muito menos idade. Por isso peço para reterem a vossa atenção neste facto, que será, como verão, altamente significativo.

O capítulo XVIII oferece-nos uma breve informação: “Eram meados do ano de 33, a operação do Algarve sucedera milagrosamente aos constitucionais, a esquadra de D. Miguel fora tomada, Lisboa estava em poder deles” (182). E Joaninha, digo agora eu, tem dezassete anos, enquanto o seu primo já fez os seus vinte e quatro anos. O capítulo XIX testemunha a “retirada de 11 de Outubro” (184) e muito elípticamente termina na primavera do ano seguinte, em 1834. Ignoramos de todo se os dois primos já festejaram os seus aniversários, por isso não faz mal nenhum deixá-los ainda com as idades do capítulo anterior.

Vejamos agora o capítulo XX. Trata do encontro dos primos depois de um afastamento de quase quatro anos, pois se está na primavera de 1834 e Carlos partira no verão de 1830. Diz o narrador: “O oficial era moço, talvez não tinha trinta anos” (192). Pelas contas que o texto nos permite fazer, Carlos terá entre vinte e quatro a vinte e cinco anos. Não há aqui incongruência ou disparidade, mas há um envelhecimento da personagem, como aliás o seguimento do texto nos confirmará, deste modo: “posto que o trato das armas, o rigor das estações e o selo visível dos cuidados que trazia estampado no rosto acentuassem já mais fortemente, em feições de homem feito, as que ainda devia arrondar a juventude” (192). Ao aperceber-se da sua prima adormecida, muito inverosimilmente, no meio de umas árvores, o mancebo que já não o

era, Carlos, suspira: “Quem tal diria! Que graça! Que gentileza! Será possível que a criança que há dois anos?” (194). Não haja dúvidas, a personagem Carlos sofre da mesma maleita do narrador: não sabe contar os anos! Mas sabe e pode reconhecer que a prima está uma mulher, o que é normal, pois se trata agora de uma rapariga de dezassete ou de dezoito anos, embora, esses dezoito anos sejam como que obrigados a permanecer nos dezasseis do começo da história. Isto é, se o narrador envelhece Carlos, Carlos tenta fazer com que o tempo não deixe envelhecer a sua prima.

O capítulo XXII dá-nos um Carlos enamorado da prima. O narrador explicita através de uma focalização interna o que lhe vai no pensamento:

Mas uma criança era o que ele tinha deixado, uma criança a brincar, a colher as boninas, a correr atrás das borboletas do vale . . . uma criança que, sim, o amava ternamente, cuja suave imagem o não tinha deixado nunca em sua longa peregrinação, cuja saudade o acompanhara sempre, de quem não se esquecera um momento, nem nos mais alegres, nem nos mais ocupados, nem nos mais difíceis, nem nos mais perigosos da sua vida . . . Mas era uma criança! . . . era a imagem de uma criança. (202)

E logo a seguir, para abreviar o passo:

a doce imagem de Joanhina, daquela Joanhina com quem ele andava ao colo, que levantava em seus ombros para ela chegar aos ninhos dos pássaros no Verão, aos medronhos maduros no Outono, que ele suspendia nos braços para passar no Inverno os alagadiços do vale—essa querida imagem não o abandonara nunca. (202)

Aqui o leitor atento deveria, em princípio, talvez ficar um pouco perplexo. O que Carlos guarda dentro de si, obviamente, é uma *imagem* da prima, mas essa imagem não pode reportar-se nem corresponder a uma rapariga de catorze anos, em plena adolescência, pois poderia ele, aos vinte e um anos, andar com ela ao colo, ou levantá-la nos seus ombros para ela chegar aos ninhos, ou suspendê-la nos seus braços, a ela, quase uma mulher, como ele o reconhecerá três anos depois? É como se os dois anos de separação dos primos correspondessem a uma dilatação inconcebível do tempo, é como se a “longa peregrinação,” (202) que afinal não ultrapassa os três anos, correspondesse a muitos mais anos. Qualquer coisa, de qualquer maneira, aqui não faz sentido.

É claro que o que nos levanta dificuldades de compreensão é a palavra *criança* com que se designa Joanhinha, e que tanto pode ser de uma rapariga de catorze anos, como de uma miúda de dez ou, mesmo, de uma menina de cinco ou seis anos. O leitor será obrigado a pensar que Carlos reteve da prima uma *imagem* muito anterior à dos seus catorze anos, e que o andar ao colo seria possível quando ela tinha, por exemplo, dez anos, e ele dezassete. Mas logo a seguir o leitor terá que renunciar a essa interpretação, porque nos é dito:

Não já a mesma Joanhinha de há três anos (e aqui as contas estão perfeitas), não a mesma imagem que ele trazia, como a levava, no coração, mas uma gentil e airosa donzela, uma mulher feita e perfeita, e que nada perdera, contudo, da graça, do encanto, do suave e delicioso perfume da inocência infantil em que a deixara! (203)

Bom, uma *inocência infantil* numa rapariga portuguesa de catorze anos, só possivelmente no século XIX garrettiano, o mesmo se podendo dizer da força extraordinária num homem de vinte e um, para poder levar a prima ao colo e andar com ela aos ombros como se nada fosse. Psicologicamente, nem sei o que se poderá aduzir dessa menina de catorze anos que ainda andava aos ninhos! Realmente Joanhinha tinha que ser, ou deveria ser, muito infantil.

Acaba este capítulo com uma exortação ao caro leitor: “caro leitor meu indulgente, não acuses, não julgues à pressa o meu pobre Carlos; e lembra-te daquela pedra que o Filho de Deus mandou levantar à primeira mão que se achasse inocente” (205). Mas, é a pergunta que se poderá sempre fazer, quem está a acusar Carlos, e, sobretudo, de quê? De amar muito, de ser um fêmeiro, de trazer no seu coração mais do que uma mulher? Tudo isso, depois de um século XVIII libertino? A ser assim, estaria o mundo perdido, e nele possivelmente a grande maioria dos homens, muitos deles portugueses. Não, o que acontece é que o narrador, muito sub-repticiamente, está a induzir os leitores numa direção interpretativa, na suposta monstruosidade de Carlos por amar, ao mesmo tempo, e será um conteúdo de um outro capítulo, mais de uma mulher. Areia que nos atira aos olhos, e que, afinal de contas, resultou até este final do século XX.

Mas a revelação surpreendente, para quem, como nós, tem feito as contas e tentado destrinçar os tempos desta história intercisa nas *Viagens*, surge no capítulo seguinte, o XXIV. Os primos conversam, e a certa altura Carlos sai-se com esta:

Via-te aquela Joaquina pequena, desinquieta, travessa, correndo por essas terras, saltando essas valas, trepando a essas árvores . . . aquela Joaquina com quem eu andava ao colo, que trazia às cavaleiras, que me fazia ser tão doido e tão criança como ela, apesar de eu ter quinze anos mais. Via-te alegre, cantando . . . (215)

Quinze anos mais? Mas como é possível? Quer dizer, se Joaquina tem agora 17 anos, Carlos terá mais quinze, isto é, nem mais nem menos do que trinta e dois anos. Indo um pouco mais longe, diremos que, em vez de ter nascido em 1809, nasceu em 1801. Mas não foi essa data que passou, durante muito tempo, pela data do nascimento do autor Garrett? Calma, porque agora, com este novo dado, contradizendo dados avançados anteriormente, principalmente os dos tais vinte e um anos de Carlos na iminente emigração, as coisas, ou certas coisas, começam a fazer algum sentido, pois se poderá finalmente compreender que um homem de vinte e um anos pudesse andar com uma menina às cavaleiras e às costas, ou mesmo suspendendo-a no ar, tendo ela seis anos. E que, toda a psicologia anteriormente apresentada em relação a Joaquina, até agora tão bizarra e estranha, esteja adequada com a sua idade. É claro que o leitor terá que permanecer, até ao fim do livro, com esta dupla informação, com esta disjunção, não sabendo muito bem como encarar-la, se como inépcia narrativa, se devida a uma confusão involuntária e inconsciente do narrador.

Como sabem, a história da menina dos rouxinóis, a menina que nunca nasceu, ficará suspensa por alguns capítulos. Tudo recomeçará no capítulo XXXII, mas é no capítulo XXXV, à boa maneira das tragédias gregas, que se descobrirá o que já era evidente: Frei Dinis é o pai de Carlos, Frei Dinis matou o marido da mãe de Carlos e o seu tio, o pai de Joaquina. Não valerá a pena assinalar o inverosímil da situação teatral que o narrador prodigaliza já então muito ultra-romanticamente: um desmaio seguido de uma grande efusão de sangue, de uma ferida de Carlos que parecia não estancar. Mas finalmente o sangue parou, graças ao desvelo de duas mulheres, de Joaquina e de Georgina. Relata o narrador, embevecido com o acontecimento:

Admirável beleza do coração feminino, generosa qualidade que todos os seus infinitos defeitos faz esquecer e perdoar! Essas duas mulheres amavam esse homem. Esse homem não merecia tal amor. Não, por Deus! O monstro amava-as a ambas: está tudo dito. E elas, que o sabiam, elas, que o sentiam, e que o julgavam digno de mil mortes, elas rivalizavam de cuidados e de ânsia para o salvarem. (269)

Peço-vos para não acreditarem no narrador assim tão facilmente, quando afirma que tudo está dito: justamente nem tudo está dito. Caso tudo estivesse dito seria inútil a carta de Carlos. O que ficou dito foi, para o leitor desprevenido reter, que a monstruosidade, sem dúvida moral, de Carlos se deve ao facto de amar ao mesmo tempo ambas as mulheres.

Acabemos este capítulo com outra inverosimilhança: pouco depois, Carlos, que esteve quase a morrer esvaído em sangue, “saiu da cela fazendo sinal que vinha logo; mas esperaram-no em vão . . . não tornou. Daí a três dias veio uma carta dele, de junto de Évora, onde estava com o exército constitucional” (272). Como estão a ver, nem todas as licenças são poéticas, algumas também podem ser narrativas.

Nova interrupção da história da menina dos rouxinóis, ou talvez não o seja, porque se sente que esta história está acabada. Uma outra, a da famosa carta de Carlos, vai ter lugar. Saltemos pois para o capítulo XLIII, em que o narrador, já cansado de Santarém, nos diz que se vai embora. É neste capítulo que se dá a incongruência já referida no começo deste trabalho: contados bem os dias da presença do narrador em Santarém, trata-se do quarto dia, isto é, de uma quinta-feira, e não da sexta-feira que nos tenta impingir: “Já me está custando ter deixado Santarém. Porque não havíamos de partir amanhã e ter ficado ainda hoje ali? E hoje, que é sexta-feira? . . . Mau dia para começar viagem! Sexta-feira! Era o dia aziago do nosso vale” (308). E logo a seguir: “Era na sexta-feira que o terrível frade, o demónio vivo” (309), etc. A verdade é que vai ser o frade que vai dar a ler a carta ao narrador, a carta que, como já foi apontado num estudo de Victor Mendes, também muito inverosimilmente, passa de “um papel dobrado, amarelo do tempo e manchado, bem se via, de muitas lágrimas, algumas recentes ainda” (312) para duas boas dezenas de páginas.

Capítulo XLIV: apenas duas asserções importantes que nos possam interessar. A primeira: “porque a minha natureza é incorrigível. Tenho energia a mais, tenho poderes de mais no coração” (312). A segunda, também muito laconicamente: “Menti: o homem não faz outra coisa. Eu detesto a mentira; voluntariamente nunca o fiz, e todavia tenho levado a vida a mentir” (315).

Um salto para o capítulo XLVI, sem dúvida o mais importante para a leitura que se vem tentando fazer, passo a passo, e com alguma paciência. Um pouco do contexto: Carlos vai no meio de três irmãs, inglesas, numa carruagem que levará o seu amor de então, Laura, para o País de Gales, para mais tarde se juntar ao seu futuro marido. É compreensível o estado psíquico de Carlos, “desamparado e proscrito no deserto da vida,” (324) como nos

assevera agora a personagem narradora. Eis senão quando, no meio de todo aquele sofrimento, que uma luz se faz no espírito de Carlos, uma espécie de revelação, de aparição. Passo a citar:

Seria efeito de sua inexaurível piedade, mas talvez quis acudir à minha alma antes que se perdesse; seria, por certo, pois nesse mesmo instante distintamente me apareceu diante dos olhos da alma a única imagem que podia chamá-lo ao abismo: era a tua, Joana! Era a minha Joanhinha pequena, inocente, aquele anjinho de criança, tão viva, tão alegre, tão graciosa, que eu tinha deixado a brincar no nosso vale. (324–25)

E mais adiante:

E tu, Joana, tu, pobre inocente, desvalida criancinha, tu aparecias-me no meio de tudo isso, estendendo para mim os teus bracinhos amantes, como no dia que me despedira de ti, nesse fatal, nesse querido, nesse doce e amargo vale das minhas lágrimas e dos meus risos, onde só me tinham de correr os poucos minutos de felicidade verdadeira da minha vida, onde as verdadeiras dores da minha alma tinham de me cortar e destruir para sempre . . . (325)

Até aqui tudo nos parece bem, muito normal. Alguém sofre, é normal que chame a si algum momento de felicidade, essa felicidade afirma-se pela presença querida de uma menina de seis anos, inocente. No entanto, Carlos não escreve, ao referir-se à prima, Joanhinha, antes lhe chama, finalmente, de Joana, a mulher feita a quem escreve, quatro anos depois de a ter deixado nesse vale mítico ainda menina, e, como vimos, dada a diferença de idades, com seis anos. É normal, continuará a pensar o leitor também, já agora, inocente, que Carlos se lembre da prima num passado distante, pois que o importante, para ele, é a inocência da criança que lhe poderá aliviar as dores que padece. Não nos precipitemos, porém. Deixemos o texto dizer o que tem a dizer. Esse texto reza assim:

Eu, sentado ali nas almofadas de seda daquela esplêndida e macia carruagem, rodeado de três mulheres divinas que me queriam todas, que eu confundia numa adoração misteriosa e mística, cego, louco de amores por uma delas, no momento de lhe dizer adeus para sempre . . . eu tinha o pensamento fixo numa criança que ainda andava ao colo! (325)

E logo a seguir, para encurtar razões: “Oh! Eu sou um monstro, um aleijão moral deveras, ou não sei o que sou” (326). Não me parece que seja necessário ler volumes de textos freudianos para nos convenceremos de que qualquer coisa se passa aqui de não muito normal. “Eu tinha o pensamento fixo numa criança que ainda andava ao colo!”: a confissão descarnada, não tem que surpreender os leitores, esse facto surpreende o próprio narrador-personagem. Ao ponto de o fazer imediatamente exclamar: “Oh! Eu sou um monstro, um aleijão moral deveras, ou não sei o que sou.” Eu penso que hoje se sabe, dada tal *fixação*, termo psiquiátrico e psicanalítico, o que isso é, o que isso significa: é ser-se pedófilo. Porque, neste passo, o que está em questão não é o facto de Carlos amar três mulheres divinas que, de uma maneira ou de outra, também o amavam, era ele estar a pensar, incompreensivelmente, numa menina de seis anos, em termos de amor, ou, se se quiser, como contraponto desse amor. E de amor, será o que mais custará dizer neste transe analítico, não só espiritual como também físico. Ele di-lo assim tão expressamente? Claro que não. Mas nós fomos avisados da sua reserva. Estão lembrados do que o primeiro narrador nos confiou: “reservemos sempre uma saída para os casos difíceis, para as circunstâncias extraordinárias. Não é assim? Pois o mesmo farei eu” (138). Mas se Carlos não no-lo diz, o texto insinua-o através dos seus tropos e das suas figuras. Veja-se: “Os sentidos todos embriagados daquele perfume de luxo e civilização que me cercava, era o nosso vale rústico e selvagem que eu tinha no coração” (325–26). De que maneira se evidenciar a sensualidade senão através dos sentidos, ainda por cima embriagados? E que outra maneira de falar das três mulheres divinas e de Joanhinha senão utilizando uma linguagem figurada, metonímica, luxo e civilização para as primeiras, um vale rústico e selvagem para a segunda? Nem sequer pretendo chamar a atenção para a palavra *vale*, que faria as delícias de um qualquer freudismo.

A verdade é que este acontecimento, esta revelação, esta confissão, vem seguida desse inexorável: “Oh, eu sou um monstro, um aleijão moral deveras, ou não sei o que sou” (326). E logo a seguir, como se Carlos estivesse a falar de uma natureza humana comum a todos os homens: “Se todos os homens serão assim?” (326). *Assim como?* é a pergunta que deveremos mil vezes fazer. Mas nunca obteremos uma resposta clara e definitiva. Compreenda quem quiser compreender, pensará sem dúvida Carlos, e talvez o autor deste livro. “Talvez, e que o não digam,” (326) é o que se segue, à maneira de resposta. Não me parece que Carlos se esteja a desculpar, antes se me antolha como uma surpresa, um espanto, o facto de sentir o que sente, de ser o que e como é. Leia-se agora com verdadeira compaixão o que vem a seguir:

Deixa-me para aqui. Falta-me o ânimo para me estar vendo a este terrível espelho moral em que jurei mirar-me para meu castigo, donde estou copiando o horroroso retrato da minha alma que te desenho neste papel.

Sabia que era monstro; não tinha examinado por partes toda a hediondez das feições que me reconheço agora.

Tenho espanto e horror de mim mesmo. (326)

Acham, vocês que me escutam ou lêem, que este discurso é de um simples mulherengo? Ou, antes, que se trata de um discurso de alguém movido por uma monstruosidade ou perversidade que lhe é, no fundo, incompreensível, quase injusta, por existir na mesma pessoa que, justamente, tem em alta consideração a moral e os valores civilizacionais do ocidente?

Um último apontamento, este retirado do capítulo XLVIII, quase final no livro *Viagens na minha terra*, em abono da descoberta de uma confissão de um caso difícil, isto é, de uma pedofilia. O contexto pretende ser todo um outro, sem dúvida, mas temos que perceber que para se levar a cabo esta leitura, o processo da descontextualização analítica é ou foi necessário, não, espero eu, para deturpar a história ou o que nela se conta, mas para realçar o que poderia ou quer passar despercebido. É esta a citação: “Deus que me castigue, se ousa fazer uma injustiça, porque eu não me fiz o que sou, não talhei a minha sorte, e a fatalidade que me persegue não é obra minha” (335). Esta fala é de uma tragédia, a tragédia de Carlos, não de um drama burguês e romântico em que há sempre solução, obviamente negociada, para todos os problemas.

Não gostaria, no entanto, de terminar esta breve análise sem fazer uma pergunta. É se nada disto, que o texto desvela, pois nele está inscrito, todas estas incongruências e todas estas inverosimilhanças encontradas, não são mais do que inépcias estéticas, desfigurando as intenções do seu autor? Não fazendo, por isso, nenhum sentido o que foi entretanto descoberto, ou, melhor dizendo, sendo um grande disparate a conclusão a que se chegou? Não me importo de aceitar a crítica, e mesmo de concordar, caso seja necessário, de que toda a análise levada a efeito aqui se baseia em pontos textuais que não são importantes para a compreensão da história que se conta. Mas, nesse caso, não se estará a pôr em causa os últimos trinta anos da crítica como a conhecemos, em que a intenção do autor e a convivência cultural dos leitores são postas de lado para que o texto seja finalmente lido? Confirmando antes que, desde sempre, se leram obras literárias como se houvesse um convénio entre o autor e os leitores, isto é, uma referência comum apontando ou dando-nos

o mundo consabido, capaz de apagar ou de fazer esquecer como nonadas todas as incongruências e as inverosimilhanças que o texto eventualmente pode transportar? Deixo-vos com esta pergunta.

Obras Citadas

Garrett, Almeida. *Viagens na minha terra*. Organização, prefácio e notas de Augusto da Costa Dias. Lisboa: Editorial Estampa, 1983. Impresso.

Mendes, Victor K. *Abneida Garrett. Crise na representação nas Viagens na minha terra*. Lisboa: Cosmos, 1999. Impresso.

Silva Carvalho was a visiting lecturer at the University of Massachusetts Dartmouth (1998–2001). He is the author of several collections of poetry, including *Pentalogia americana* and *Trilogia porética*, a book of essays, *A linguagem porética*, and a novel, *Palingenesia*. His work consists mainly in the study of the cultural and literary conditions that accompany and enable the transition from a poetic language to a “poretic language.”